

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10730.000670/93-71
Recurso nº : 87.977
Matéria : IRPF - EXS : 1988 a 1990
Recorrente : ANTONIO CARLOS MARTINS TEIXEIRA
Recorrida : DRF em NITERÓI-RJ
Sessão de : 12 DE JUNHO DE 1997
Acórdão nº. : 105-11.572

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - O resultado verificado no processo matriz será o aplicável ao procedimento reflexo.

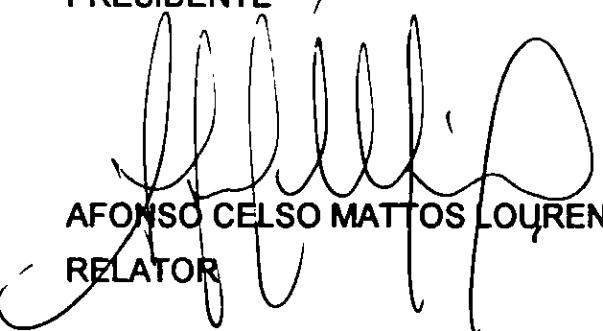
Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ANTONIO CARLOS MARTINS TEIXEIRA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos mesmos moldes do processo matriz, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


VERINALDO HENRIQUE DA SILVA

PRESIDENTE


AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO

RELATOR

FORMALIZADO EM: 14 JUL 1997

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10730.000670/93-71
Acórdão nº : 105-11.572

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JORGE PONSONI ANOROZO, JOSÉ CARLOS PASSUELLO, VICTOR WOLSZCZAK, CHARLES PEREIRA NUNES e IVO DE LIMA BARBOZA. Ausente o Conselheiro NILTON PÊSS.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 10730.000670/93-71
Acórdão nº : 105-11.572

RECURSO Nº 87.977

RECORRENTE ANTONIO CARLOS MARTINS TEIXEIRA

R E L A T Ó R I O

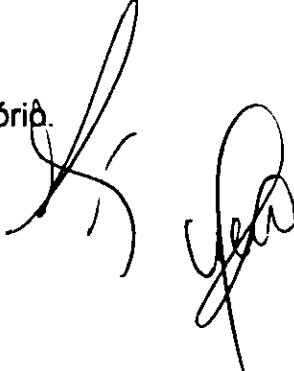
ANTONIO CARLOS MARTINS TEIXEIRA, sócio da empresa ANTOJUR COMPUTAÇÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA., teve contra si o Auto de Infração de fls. 01, referente ao IRPF em razão de exigência efetuada no âmbito do IRPJ.

Impugnação tempestiva às fls. 89/92.

Decisão singular às fls. 105/108, a qual julgou parcialmente procedente o Auto de Infração, recorrendo de ofício ao 1º Conselho de Contribuinte.

Irresignado, tempestivamente, o Autuado apresentou o seu recurso às fls. 111/115.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10730.000670/93-71
Acórdão nº : 105-11.572

V O T O

Conselheiro AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, Relator.

O recurso é tempestivo.

O processo principal, relativo ao IRPJ, foi julgado nesta Câmara em sessão de 12.06.97, sendo que foi negado provimento ao recurso.

O presente processo teve instauração e tramitação em conformidade com a lei, desde a peça vestibular até a subida a este Colegiado.

A Jurisprudência deste Conselho é no sentido de que a sorte colhida pelo principal comunica-se ao decorrente, a menos que novos fatos ou argumentos sejam aduzidos, o que não ocorreu na espécie dos autos.

A pretensão de aplicação do artigo 35 da Lei nº 7.713/88 ao caso em exame não pode ser efetuada, já que contempla hipótese diversa.

Isto posto, nego provimento ao recurso, nos mesmos moldes do processo matriz.

É o meu voto.

Sala das Sessões(DF), em 11 de junho de 1997.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO